



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA VINTE E SETE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZOITO (27-08-2018)

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. O presidente consultou os vereadores se queriam fazer a leitura da ata da **Vigésima Quarta Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte de agosto de dois mil e dezoito, ou fazer alguma ressalva, não havendo manifestação contrária, a **ata foi aprovada por unanimidade**. O presidente convidou o secretário Edernon Marcos para compor o plenário. Leitura do **Projeto de Lei Complementar nº64/2018** (autoria do Prefeito Municipal). **A reunião ocorreu sem intervalo. Votações: Projeto de Lei nº34/2018** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas). A pedido do vereador Antônio Marcos e aprovado pelo plenário, o presidente submeteu o projeto em única discussão e votação, sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Lei nº45/2018** (autoria do Prefeito Municipal). O vereador Deyvson pediu ao presidente para consultar o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, a vereadora Daniely pediu vista do projeto e acrescentou que em conversa informal com o vice-prefeito e com Sr. Igor, do Programa Mãos Solidárias, é complicado usar a nomenclatura "Cria o Mãos Solidárias", na verdade ele já existe, o termo não é adequado. A palavra correta seria regulamentar. O Sr. Igor se predispôs a vir à Casa e que o funcionário afirmou que pediria para que o projeto não estivesse na pauta. O presidente concedeu o pedido. O vereador José Jarbas pediu para que quando o Sr. Igor vir à Casa, que o jurídico municipal também venha explicar a legalidade dos atos do programa, do contrato do caminhão que presta serviço para o programa. O vereador Cristiano disse que na época da criação foi através de uma portaria, agora seria através de projeto uma forma de institucionalizar o programa. Pela ordem, o vereador José Jarbas disse que na Câmara há um monte de parecer dizendo que verba indenizatória está certa e de repente está tudo errado. Então, ele quer um parecer referente ao Mão Solidária e o que foi feito antes e o que foi feito depois. Inclusive, pede ao presidente da Casa que, através da assessoria jurídica e contábil, tanto daqui quanto de Belo Horizonte, passe para todos os vereadores, o porquê de ter erro na verba indenizatória. O vereador disse que tudo o que recebeu desta Casa foi de acordo com a legislação, não pediu favor e quando ele chegou já estava instituído, e primeiro lugar: ele não depende desse tipo de situação, tem sua vida particular e mais ainda, quando ele solicitou foi de acordo com a lei. A Casa tem obrigação de dizer o que está acontecendo de errado na verba e porque está errado. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos disse que a limpeza urbana tem que acontecer normalmente sem precisar de esperar o programa Mão Solidária. O vereador disse que está ocorrendo essa substituição. **Substitutivo ao Projeto de Lei nº56/2018** (autoria do Prefeito Municipal). A pedido do vereador Antônio Marcos e aprovado pelo plenário, o presidente submeteu o projeto em única discussão e votação, sendo **aprovado por unanimidade**. **Substitutivo ao Projeto de Lei nº56/2018 Em Redação Final** (autoria do Prefeito Municipal). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Lei nº57/2018** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira discussão** e votação, sendo **aprovado por unanimidade**. O vereador Marcelo repassou o relatório dos trabalhos realizados neste ano pela comissão de obras ao presidente Fernando, cumprindo o Regimento Interno da Casa. **Tribuna Livre**. Pela ordem, o vereador Bruno disse que os comerciantes da Rua Direita desejam que sejam consultados antes de haver algum evento e instalação de barracas na rua. Conforme solicitado, a Senhora Gislene Aparecida Oliveira Dueli - Comerciante da Rua Direita - faz uso da palavra. A comerciante pediu para que tirasse a feira de artesanato da rua, sugerindo que a feira fosse levada para a Praça da Sé. Sra. Gislene disse que a feira atrapalha a descarga de mercadorias e a passagem das pessoas na rua. O vereador Bruno propôs uma indicação, um requerimento, com a assinatura de todos os vereadores, a ser enviado ao executivo atendendo à sugestão da comerciante Gislene. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

vereador comentou também a obra na rua que está causando transtorno não só aos comerciantes, mas também aos pedestres, há poeira, barro. Vários comerciantes já o ligaram reclamando da situação. O vereador disse que já pediu ao SASU ao SAAE para varrer a rua e posteriormente lavá-la. Assim, o vereador solicitou ao secretário de governo que envie uma equipe para varrer a rua antes de lavar. Na mesma linha, o vereador José Jarbas solicitou que o secretário de governo peça para refazer o serviço na rua, porque não ficou bom. Com a palavra, o vereador Antônio Marcos chamou atenção para se ter cuidado com os fechamentos das ruas, pois está causando transtornos às pessoas, às vezes nem a Guarda Municipal tem conhecimento. É preciso haver um planejamento. Pela ordem, o vereador Geraldo disse que a situação da rua Direita é muito discutida no COMPAT. A rua é um cartão postal da cidade. É preciso juntos estudar futuramente o fechamento do trânsito da rua. Pela ordem, o vereador Marcelo disse que a cidade está uma bagunça, muitas ruas estão interditadas, há uma falta de planejamento, porque se vai ser realizada a obra, a Secretaria de Obras tem que sentar com a empresa, distribuir informativos à população. O município não toma uma atitude, nem o departamento de trânsito, nem a secretaria de obras tomam um posicionamento. Com a palavra, o vereador José Jarbas disse que seja qual for a empresa, em qualquer cidade, as coisas não acontecem dessa maneira. O mês de julho é mês de férias, contando com a presença dos turistas. Assim, é preciso que a prefeitura coordene essas obras para não prejudicar a cidade. Em relação ao tema da comerciante Gislene, o vereador Juliano perguntou se as feiras são instaladas todos os sábados ou domingos. A comerciante disse que a feira não possui calendário fixo. O vereador Gerson disse que solicitou ao SASU molhar a rua e varrê-la e o Sr. Pereira encaminhou o caminhão molhou a rua, não sabendo se foi varrida. O secretário Edernon disse que será discutido junto aos comerciantes da rua Direita para encontrar uma alternativa. Que o mês de julho é propício para realizar as obras porque é período de estiagem. Os vereadores Antônio Marcos e José Jarbas disseram que há outros meses de seca que poderiam ser realizadas as obras, de modo que não seja necessário fazer em julho, um mês de grande circulação de turistas. O presidente Fernando convidou o Senhor Petrônio Melo Corrêa - Representante do Instituto Mineiro de Administração Municipal; e a Senhora Adriana Braga - Diretora do Núcleo de Concurso do Instituto Mineiro de Administração Municipal, para fazerem uso da palavra. Sobre a verba indenizatória, o presidente Fernando disse que a Casa tem certeza de que está tudo correto. Tanto que tem certeza que essa resolução foi criada em 2001 pelo pai do vereador José Jarbas, Sr. José Jarbas Ramos, presidente da Casa, e tudo que ele fazia tinha um carinho e um zelo muito grande por esta Casa. O vereador José Jarbas disse que não só a criação da Resolução, mas o próprio Tribunal de Contas, nas palavras do vereador Geraldo Sales, em 2007, fez alguns questionamentos que esta Casa respondeu e que se deu por satisfeito. Então, O vereador José Jarbas aguarda por escrito o parecer da assessoria contábil, jurídica e da procuradoria desta Casa referente ao que foi pontuado pelo Tribunal de Contas. Todos os vereadores receberam os recursos devido aos pareceres internos e todos aprovados por esta Casa. Por isso ele aguarda, para que a população de Mariana, inclusive cobrando uma nota oficial desta Casa. Com a palavra, o Sr. Petrônio disse que o convite feito ao IMAM foi para dar explicações sobre o processo seletivo de Mariana. Inicialmente, sr. Petrônio afirmou que o instituto é um órgão com mais de trinta anos de experiência. No seu site, já possui 435 concursos registrados. Ainda tem alguns que não foram registrados ainda. O IMAM foi responsável por realizar o maior concurso no Brasil em termo de número de vagas. Foram cinquenta e três mil vagas e participaram em torno de um milhão e cento e cinquenta mil candidatos. Esse concurso foi realizado em 2011 em um dia só de prova, atuaram em duzentos e setenta cidades simultaneamente. Então, eles têm a prática muito grande em concurso. Estão fazendo vários agora simultaneamente em Mariana. E a satisfação que ele deve dar aos vereadores é que nesse concurso, o IMAM teve o incidente, o acidente de algumas provas de dez cargos, as provas tiveram questões com a tonalidade de resposta diferente. E se os senhores lhe perguntassem como aconteceu, ele não sabe. Quando se coloca no computador não vê diferença nenhuma e deu realmente diferença nas questões de prova, foram cinco questões, e mais infelizmente ainda eram as questões certas. Não há que se falar em fraude, porque foram para dez cargos, como fazer isso para esses dez cargos? Então foi um erro crasso, do qual eles foram alertados pela Srta. Michelle, sua representante em Mariana. No posto de inscrição, ela ligou para eles dizendo que estava havendo uma confusão com a prova azul grande e o pessoal estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

reclamando. O IMAM teve a iniciativa, pegou a prova e procuraram todas as provas que foram feitas daquela forma e verificaram realmente que estava tendo aquela diferença de tonalidade. Isso foi numa segunda-feira, na terça-feira, o IMAM por livre espontânea vontade veio à Mariana para conversar diretamente com o Ministério Público (MP), onde ressoam todas essas reclamações. Antes de ir ao MP, foram conversar com a comissão de concurso, inclusive na reunião estava a procuradora do município. Ele expôs o problema, ele se dispôs a ir no MP. Ela o aconselhou que fizesse isso mesmo. Foram ao MP, a comissão, ele e a Sra. Beatriz (representantes da empresa). Então na conversa com o promotor Filipe, o qual disse que já tinha ido duas pessoas no dia anterior e fizeram essa reclamação. Sr. Petrônio disse que o perguntou se já fizeram recurso administrativo, em resposta o promotor disse que sim. Então ele pediu para aguardar a resposta. Ao mesmo tempo, o promotor disse que não viu nada de irregular, pegou a prova e afirmou que não viu, disse que não era motivo para qualquer coisa. Sr. Petrônio afirmou que, por princípio, disse ao juiz que já que houve a reclamação, já que isso pode dar muita celeuma, pode trazer muita conversa, ele disse que a intenção do IMAM era ou reaplicar a prova para esses cargos ou anular as questões, pois anulando as questões todos os que fizeram a prova ganham as questões, todos, isso é isonômico. Claro que tem candidato que errou que vai ganhar a questão, e tem candidato que não errou continua com aquela questão marcada como certa. Nas palavras do juiz, essa é a decisão mais segura e adiantou para a secretaria de administração que estava lá na hora e o juiz disse a ela para o enviar um ofício explicando toda essa situação, pois toda e qualquer ação que cair sobre isso o juiz iria arquivar. Eles saíram de lá com a procuradora Inez, a qual disse que era a decisão dela também. Então saíram com a decisão de anular as questões, foram anuladas, os candidatos que se beneficiaram ou não foram contemplados. Já saiu uma relação de candidatos aprovados. Sexta saiu a relação dos candidatos para a classificação final para os cargos que não tem redação. Isso aconteceu tudo depois que foi republicado o gabarito. Não houve um recurso sequer sobre essas questões. Houve um recurso para o cargo de coordenador do CRAS, reclamando dessas questões que nem era para o caderno que o candidato fez. Sobre a anulação das questões, de 4.807 candidatos, seriam para 88 candidatos. Segundo Sr. Petrônio, o promotor fez uma conta de cabeça e afirmou que seria entre 1 a 2% do total de candidatos, o que não justifica cancelar o concurso ou qualquer outra medida a não ser anular as questões. Esse processo foi feito em cinco escolas de Mariana (UFOP- ICSA e três escolas estaduais). O IMAM fez contato com os diretores dessas escolas, os quais escolhem os fiscais de confiança deles para trabalhar, o instituto fez o treinamento com esses fiscais. Essas provas foram aplicadas de manhã e à tarde. Todos os fiscais ficaram e almoçaram na própria escola. Em todas as salas, os malotes dos envelopes das provas chegaram lacrados e abertos na frente dos diretores e cada fiscal de sala mostrou os envelopes lacrados aos candidatos. A prova lacrada, o envelope lacrado. No final, os três últimos candidatos deram atestado no verso da folha de presença que as provas foram lacradas e abertas na presença deles e nada de anormal ocorreu. Claro que nessas folhas de presença encontra ocorrências, tipo: faltando um sobrenome, RG com número errado, lembrando que são as próprias pessoas que fazem sua inscrição no site. O vereador Juliano disse que no dia do processo seletivo simplificado, algumas pessoas ligaram para o vereador relatando essas diferenças de tonalidade de algumas questões da prova. Ele pensou que tinha algum fundamento, são pessoas que estavam realizando provas em lugares diferentes. Ele entrou em contato com a Secretária da Administração, Sra. Arlinda, a qual disse que realmente tiveram pessoas que fizeram essa reclamação. Ele perguntou se foi falado para o fiscal da prova que estava tendo aquela irregularidade, porque toda irregularidade tem que ser comunicado ao fiscal. E a Arlinda disse que esta questão realmente ocorreu e que iria ao instituto e que levaria ao Ministério Público. Ele ficou feliz de o número ser menor, pois achou que era maior e que a decisão seria levada ao MP que daria a orientação de qual medida seria tomada. O vereador parabenizou a vinda do instituto, sabia da seriedade, o processo seletivo simplificado é até uma recomendação do Ministério Público, em vista que a prefeitura tem muitos contratos que estão vencidos há cinco, há seis, até oito anos, e se perpetuam e pelo direito à equidade foi realizado o processo seletivo simplificado. Sr. Petrônio disse que as provas são abertas na frente dos candidatos, os fiscais não têm noção nenhuma do que está na prova. O vereador Juliano disse que alguns amigos fizeram a prova e disseram que na porta do banheiro tinha detector de metais, os celulares ficaram todos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

desligados e lacrados e só retiravam na saída. Sr. Petrônio disse que só podia usar o celular fora da escola. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos chamou atenção para a importância de a empresa vir à Casa para prestar esclarecimentos, porque é muito importante mostrar para a população a transparência. É uma empresa que tem tanta experiência, que já fez tantos concursos. A grande preocupação da cidade é a transparência das coisas. Infelizmente há aquele sujeito que fala que vai passar sem nem precisar fazer a prova, que está garantido, sabe-se que não é assim, e fica isso no ar. E quando surge uma situação desta, isso cria desconfiança nas pessoas. Ele já lecionou, o vereador José Jarbas tem uma instituição de ensino sabe que isso pode acontecer. É lógico que aconteceu um erro grave, um erro que não é bom para a empresa ter que assumir, mostrar que não houve má-fé, ter que ir ao Ministério Público. Isso de certa forma acaba manchando a empresa. Infelizmente aconteceu, eles tomaram a decisão correta de procurar o município, ir ao Ministério Público para mostrar que não existe nada que desabone. É a comissão que tem que decidir qual o melhor caminho, se reaplicar a prova, não sabe como o candidato vai estar, é um negócio bem complicado. É uma pena que tenha ocorrido e espera que qualquer uma das medidas que forem ser tomadas muitos ficarão descontentes. O vereador disse que percebe que não foi de má-fé. Sr. Petrônio disse que o candidato recebe o cartão resposta, coloca a resposta dele, ele recebe do fiscal da sala o cartão resposta, assina, responde o cartão resposta com caneta. Na noite do concurso é publicado o gabarito para que o candidato possa conferir. Caso ele venha com uma nota diferente, o candidato pode entrar com recurso. O vereador Juliano disse que teve alguns cargos em que a pessoa não atingiu a nota mínima de corte. Quando não atinge, os candidatos são desclassificados automaticamente e o cargo fica aberto perante a administração pública, qual seria o procedimento, vai ser autorizado chamar o candidato que mesmo não ter atingindo a nota mínima porque teve a maior pontuação. Sr. Petrônio disse que essa decisão não é do IMAM, essa decisão é do município. Com a palavra, o vereador Geraldo disse que sabe da seriedade deles na realização de vários concursos pelo país a fora, sabe da seriedade da comissão que foi nomeada para acompanhar o concurso no município. Infelizmente aconteceu uma falha e felizmente o instituto está assumindo junto ao Ministério Público, mas isso não basta. A empresa tem a obrigação de soltar uma nota para esclarecer a população marianense, que a falha, o erro foi da empresa e que essa comissão e o prefeito não tem responsabilidade perante o erro. A maioria da população que vai ao gabinete fala que houve fraude no processo seletivo. O vereador entende que não houve fraude, mas é a empresa que tem que convencer. Sr. Petrônio disse que não tem problema nenhum. É uma honra fazer o concurso na cidade de Mariana mundialmente, nessa nota vai assumir publicamente, não tem menor problema. Com a palavra, o vereador Bruno disse que foi importante a vinda do órgão na Casa. O vereador disse que teve a felicidade de presidir esta Casa e de ser o autor do primeiro concurso público na Câmara Municipal de Mariana de 300 anos, de proporcionar isso, o que é uma obrigação, mas todos os vereadores tiveram a iniciativa de realizar esse primeiro concurso que ficou para a história. Ele teve a preocupação muito grande na escolha da empresa que ia fazer esse primeiro concurso, não por ser o primeiro, mas pela questão de transparência e lisura do processo. Como o Sr. Petrônio disse Mariana é uma vitrine mundial e Câmara de Mariana por ser a primeira Câmara de Minas e nunca ter tido um processo seletivo. Então, escolheram uma empresa em que não houve nenhum questionamento, porque foi um trabalho dos vereadores em conjunto com os servidores da Casa. E eles foram muitos felizes na escolha da empresa quanto nos servidores aprovados que têm contribuído muito com esta Casa. Ele, enquanto presidente, se propôs a fazer o concurso, ele foi muito assediado por algumas pessoas querendo apresentar algumas empresas para a realização do concurso na Câmara. O que de imediatamente, os vereadores rechaçaram porque não aceitaram nenhuma transferência externa nesse processo seletivo que tem que ser desta forma mesmo. Se um órgão público propôs fazer um concurso público, um concurso simplificado é um ato normativo. Então, a administração, o gestor, no caso o executivo, ele tem que assumir toda a responsabilidade e assumir um ônus caso isso dê errado. No entendimento do vereador, foi isso que aconteceu. A Câmara recebe com muita satisfação os representantes do IMAM, é possível ver no Sr. Petrônio uma pessoa séria, comprometida, de maneira nenhuma quer que ele saia da Casa pensando mal dos vereadores, ela agradece a presença dele. Só que não se pode minimizar o problema. Tiveram algumas provas, que tinham respostas destacadas. E essas respostas por



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

coincidência ou não eram as respostas certas. Então no entendimento do vereador, o processo está completamente maculado. Se ele fosse o prefeito da cidade e não tivesse nada a ver com isso, ele automaticamente cancelaria o processo seletivo, por mais problemas que isso possa proporcionar. Mas o mínimo que o executivo tinha que dizer, foram dez questões, que tivesse sido uma. Devolveria o dinheiro, ou marcaria outro, mas não permitiria que esse processo fosse adiante, ele sempre vai ser passível de questionamento. A pessoa não aprovada vai usar isso como argumento e com razão: houve fraude no processo. E quem vai dizer que não? Que uma resposta estava destacada, que o garante que não houve outro método para identificação das respostas. Não tem como garantir, porque houve um problema que maculou todo o processo. O vereador disse que não está dizendo que a empresa maculou, mas foi responsável pelo que aconteceu. O problema não é só do IMAM, o problema é da administração municipal que permitiu que um processo seletivo simplificado fosse maculado. O vereador disse que dá para as pessoas que não foram aprovadas e colocar a culpa na empresa, na administração municipal por não ter sido aprovados. Se esse processo ir adiante só vai confirmar a tese deles. O vereador disse que não está afirmando que eles estão com a razão. Não tem como a empresa negar que não houve um problema grave. Em 2004, a faculdade de Direito de Lafayette prestou um concurso e aconteceu o mesmo problema. Nas questões da prova, a resposta correta estava destacada. A faculdade com muita certeza automaticamente cancelou todo o processo. Ela não poderia permitir que um processo já contaminado, maculado, já questionado fosse à frente. As pessoas aprovadas nesse processo elas são passíveis de questionamento, ela passou porque houve fraude, será que você não uma das pessoas. Tudo que vier de questionamento sobre esse processo agora ele tem fundamento. O vereador disse que não afirma que a empresa fez de forma dolosa, mas a culpa, a responsabilidade é da empresa. A empresa carrega essa mancha no seu histórico de trinta anos. Em um processo seletivo da cidade de Mariana, a empresa contratada com dinheiro público na hora que o candidato foi fazer a prova algumas questões estavam com destaque na resposta certa. O vereador disse que se fosse prefeito cancelava o processo como uma forma de dar uma resposta à população e faria de novo o processo e trocava a empresa. O vereador pediu uma resposta do Sr. Petrônio diante dos trinta anos de experiência em concurso. Não se pode minimizar o problema, nada vai tirar o que ocorreu na cidade, maculou todo o processo seletivo ainda mais no momento que a população está vivendo com dezesseis mil desempregados, a expectativa do marianense em cima desse processo seletivo foi muito grande. Pessoas que não tinham dinheiro desembolsou para pagar uma prova. Agora como vai ficar a cabeça dessa pessoa: eu não passei, mas esse processo estava maculado. Esse alguém que passou tinha acesso às respostas certas da prova. Pode ser mentira, mas pode ser verdade. Isso nunca vai ser resolvido e trazer a compreensão das pessoas de todas as respostas dadas pelo IMAM. Agora concluir o processo, dar posse para as pessoas que foram aprovadas. O vereador acha que o prefeito é solidariamente culpado. É solidário em um processo seletivo que ele lançou a portaria. O vereador perguntou quem vai garantir à população que não houve erro, que não houve dolo, ninguém pode garantir. É lamentável na sua situação atual da cidade acontecer isso e o prefeito dar posse para essas pessoas. Deixando quase vinte mil pessoas desempregadas frustradas por causa de um processo maculado. Sr. Petrônio disse que não houve fraude de maneira nenhuma, não dá para fazer fraude para oitenta e oito pessoas, para dez provas. O houve foi uma correção, acolhida pelo ministério público de anular as questões. Todas essas pessoas foram isonômicas beneficiadas ou não. Não houve fraude, de maneira nenhuma isso vai acontecer. O IMAM já fez mais de três mil concursos, recentemente fez em Ipatinga, dez mil, trinta mil candidatos. Nunca aconteceu isso, mas infelizmente aconteceu em Mariana. Que ao seu ver, acatando a decisão do Ministério Público e da doutora Inez, procuradora do município, houve por bem anular as questões. Mas podem ficar tranquilo, não houve dolo e nenhuma intenção de fraude. Sra. Adriana disse que todos os candidatos inscritos tiveram acesso a essas provas, e mesmo se o candidato não percebeu que a questão estava marcada, a questão foi anulada. Então todos os oitenta e oito candidatos ganharam pontuação referente às questões canceladas. Não houve fraude. Então não justifica a pessoa dizer que não passou porque houve fraude. O vereador Bruno perguntou quantos participaram a seleção simplificada. Sra. Adriana disse que foram 4.817 candidatos. O vereador Bruno perguntou quantas vagas foram disponibilizadas. Sra. Adriana disse que foram 350. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

vereador Bruno pediu para tentar convencer as 4500 pessoas que não foram aprovadas que não houve fraude. Sra. Adriana disse que não tem que convencer, porque não houve fraude. Foi uma falha. O vereador Bruno disse que foi uma falha grave. Não pode minimizar o problema. Se houve uma resposta certa que estava destacada, o processo está maculado. Não tem como convencer. O vereador disse que não está culpando a empresa. A cidade não poderia ser prejudicada. As pessoas não podem sair com a ideia de que a prefeitura lesou os candidatos. Até o processo quando é limpo, tem lisura, é questionado quanto mais quando tem cinco questões com respostas certas destacadas. O vereador disse que respeita a empresa, sua experiência, mas não se pode permitir que seja minimizado o problema, se calar diante da cidade. O prefeito está permitindo dar continuidade em um processo maculado prejudicando pessoas desempregadas que também concordam com a maculação. Pela ordem, o vereador Ronaldo disse que gostaria de concordar na integralidade com a fala do vereador Bruno. Mas tranquiliza ele um pouco quando vem a empresa de renome, com trinta anos de experiência. Uma empresa que vem à Casa pedir desculpas, dar a solidariedade que prestaram o concurso. No seu entendimento, deveria ter sido cancelado o concurso para esses cargos, apesar de ter passado pelo crivo do Ministério Público que de fato que chancelou o concurso, tendo em vista que foram cinco questões anuladas, de forma isonômica e transmitidas para todos os candidatos tendo em vista que atinge oitenta e oito pessoas. O vereador disse que não ia rotular que quando aconteceu, ele ligou para a Sra. Arlinda, Secretária de Administração, que quando assumiu a secretaria já estava em andamento esse concurso. E disse que falar de Arlinda é falar de transparência, de competência, de legalidade, e que não iria coadunar com as ponderações das questões que foram marcadas na prova. É lógico que traz um transtorno muito grande. O vereador disse que tranquilizou em partes quando as pessoas o procuraram no gabinete, quando pode ver o currículo da empresa e realmente não há histórico de fraudes. O vereador disse que houve uma falha gravíssima e ele, se estivesse na qualidade de chefe do executivo teria cancelado o concurso. Como representante do povo, se tiver algum ato atentatório a todos os concursos, deveriam tomar medidas cabíveis para que isso não prospere. Mas o vereador fica tranquilo por ter levado o caso ao Ministério Público e de a empresa ter vindo à Casa se desculpar e assumir a responsabilidade e eximindo o prefeito da falha. O vereador disse que faria um novo processo para as oitenta e oito pessoas dando lisura ao processo. O vereador disse que não estava ali para julgar que houve fraude, que a empresa agiu de má-fé. Houve sim respostas certas destacadas e quem pode responder por isso: a própria instituição que veio assumir essa responsabilidade. Com a palavra, o vereador José Jarbas disse que está afrente de uma instituição de ensino, vai completar dezoito anos. Nesses casos, o que se recomenda é de imediato anular as provas. Como membro da comissão de educação, o vereador pediu para que sejam anuladas as provas por uma questão de segurança de todos que participaram do processo. Ele como membro da comissão de educação da Câmara, mesmo o prefeito tendo tomado essa decisão, há a presença da secretária Arlinda e do secretário de governo, recomenda que a empresa junto com a prefeitura que anule essas provas que houve problemas. O vereador pediu para que a empresa envie um relatório formal à Casa, inclusive citando essa reunião com o Ministério Público, que obviamente vão haver pessoas judicializando o processo. Que nesse relatório conste todas as conversas com a Procuradora Inez e do Ministério Público, com as datas das reuniões, pessoas envolvidas. São muitas pessoas que participaram do processo. Sabe da credibilidade da empresa, aconteceu um erro e ele precisa ser resolvido. A população precisa dessa documentação para resguardar os seus direitos. De posse da documentação o poder judiciário possa se pronunciar no momento adequado. O vereador Antônio Marcos disse que a documentação é importante para legitimar as alegações apontadas. O vereador Bruno disse que fará um requerimento pedindo o cancelamento do concurso, pois a Câmara não pode ser conivente com essa situação. Que uma cópia desse requerimento seja enviada ao Ministério Público. A secretária Arlinda disse que em entrevista na rádio Mariana, o prefeito se posicionou em cancelar e reaplicar as provas para as vagas envolvidas para garantir maior transparência e lisura. Mas o seu corpo jurídico está analisando o fato, o processo ainda não acabou, ainda não há uma decisão final. O jurídico está sempre em contato com o IMAM. O vereador José Jarbas pediu para que seja feito um novo concurso de imediato para essas vagas. Houve um erro técnico que precisa ser corrigido através da aplicação de novas provas. O vereador disse que não basta ser muito



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

inteligente para definir esta questão. Com a palavra, o vereador Bruno disse que o prefeito tem autonomia para tomar uma decisão, o corpo técnico orienta. A decisão final cabe ao prefeito. O nome dele, da administração é que está em jogo. Ele fez um processo seletivo que foi maculado. Foi uma tentativa de lucidez, mas mais uma vez ele se deixou levar por pessoas que estão falando que não, mas a decisão é dele, mostrando para a população que se houve algum dolo, não foi por parte dele. Era a mensagem que ele iria passar. Mas se o prefeito está permitindo a continuidade do processo, dar posse aos aprovados, ele está sendo solidário com os argumentos e com a afirmação da população. O vereador pediu à secretaria Arlinda que aconselhe o prefeito a acatar o requerimento do vereador que vai servir também de documentação. O prefeito precisa mostrar alguma coisa para a população será uma ótima oportunidade para o prefeito mostrar que não está comungando com isso. O vereador José Jarbas frisou a importância de os representantes da empresa ter vindo à Casa, isso mostra a lisura da empresa. Com a palavra, Sra. Adriana disse que não houve fraude, houve uma falha grave. Assim que foi detectada a falha, o IMAM veio à Mariana, conversou com o Ministério Público, a Secretária de Administração e a Procuradora Municipal, achando melhor anular as questões, em momento algum a empresa se negou em reaplicar as provas, se caso seja essa decisão a empresa não vê problema nenhum. Sr. Petrônio disse que na ata da reunião com a comissão do concurso, com a procuradora municipal, ele sugeriu duas propostas: anular as questões com as repostas certas destacadas ou reaplicar as dez provas para os oitenta e oito candidatos sem custos adicionais ao município. O promotor achou melhor a primeira opção após apresentação das propostas. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião às dezenove horas e vinte minutos, e para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.